

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Bolhão I Contratação de Serviço de Manutenção de Elevadores

Capítulo I – Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

(Objeto)

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços denominada “Bolhão I Contratação de Serviço de Manutenção de Elevadores”, através de um contrato de manutenção completo, com piquete 24 (vinte e quatro) horas.

Cláusula 2.^a

(Prazo)

1. Sem prejuízo das obrigações que devam perdurar para além da cessação do contrato, este mantém-se em vigor até à conclusão das prestações que fazem parte do mesmo, em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser realizados no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Capítulo II – Obrigações Contratuais

Secção I - Obrigações do Prestador de Serviços

Clausula 3.^a

(Obrigações principais do Prestador de Serviços)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de Serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de realizar a prestação de serviços de assistência técnica, incluindo tele-emergência, destinados a manter os 10 (dez) elevadores instalados no Mercado do Bolhão, a seguir melhor identificados, em perfeitas condições de segurança e em bom funcionamento:
 - I. E30661;
 - II. E30662;
 - III. E30663;
 - IV. E30664;
 - V. E30665;
 - VI. E30666;
 - VII. E30667;
 - VIII. E30668;
 - IX. E30669;

X. E30670.

- b) **Manutenção Integral:** Assegurar um serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com substituição ou reparação de componentes quando se justifique, e de incidentes sobre qualquer instalação, todos sujeitos aos termos e condições estipulados neste Caderno de Encargos.
- c) **Manutenção Preventiva:** 1 (uma) vez por mês, por semestre e por ano deverá proceder-se, nos elevadores objeto deste procedimento, à realização regular dos trabalhos de manutenção abaixo indicados, utilizando métodos reconhecidos e de acordo com as normas nacionais e internacionais aplicáveis, nomeadamente o plano de manutenção previsto na lei:
- I. As operações a realizar no âmbito do Plano de Manutenção Preventiva são as seguintes:
 - a. **Mensalmente:**
 - i. Verificação da soleira móvel nas cabinas sem porta;
 - ii. Verificação da iluminação e respetivos acessórios e confirmação do funcionamento da botoneira, do alarme, do stop e da sinalização;
 - iii. Verificação do fecho e abertura das portas;
 - iv. Verificação do circuito de reabertura e do bom funcionamento das células em portas automáticas;
 - v. Confirmação do contacto de fecho em portas manuais;
 - vi. Verificação de fechaduras, encravamentos e respetivas folgas;
 - vii. Análise do estado dos amortecedores de portas manuais e procura de quebras de vidros;
 - viii. Verificação da existência de fugas, ruídos e afinação dos travões das máquinas;
 - ix. Efetuar o teste da chamada da emergência e se o sistema se encontra em conformidade.
 - b. **Semestralmente:**
 - i. Afinação do nivelamento da cabina aos pisos e verificação do pára-quedas;
 - ii. Verificação da proteção térmica do motor;
 - iii. Verificação de pressão dos contactos, de relés e disjuntores de proteção ao quadro de comando e respetiva limpeza;
 - iv. Verificação do limitador de velocidade;
 - v. Verificação de cabos e fitas de suspensão, roçadeiras de cabina e contrapeso, cabo do limitador de velocidade, roda de desvio e contacto de segurança.
 - c. **Anualmente:**
 - i. Limpeza da cobertura de cabina, das calhas, soleiras, guias e suspensão das portas de patamar e de cabina;

- ii. Limpeza da casa das máquinas e rodas de desvio;
- iii. Limpeza do poço e da caixa.

d) Falhas Operacionais:

- I. Correção das avarias de funcionamento que forem sendo detetadas durante as visitas de manutenção, ou as que ocorram entre visitas e que sejam comunicadas pelo Contraente Público e/ou pela empresa que se encontra, *in loco*, a prestar os serviços de manutenção geral do Mercado do Bolhão;
- II. Em caso de avarias de emergência que envolvam situações de risco para passageiros, deve ser dada a máxima prioridade no atendimento, não ultrapassando 1h (uma hora), salvo circunstâncias exógenas que não sejam passíveis de serem controladas pelo Prestador de Serviços.
Nos restantes casos de avarias, o tempo máximo de resposta não deverá ultrapassar as 4h (quatro horas) entre a comunicação da avaria e a chegada do respetivo técnico ao local, salvo circunstâncias exógenas que não sejam passíveis de serem controladas pelo Prestador de Serviços;
- III. No caso de comunicação de avarias nos elevadores por parte do Contraente Público, deverá a intervenção ser tão breve quanto possível, dentro dos dias e horas normais de serviço, não podendo exceder as 24h (vinte e quatro horas), de modo a identificar a causa das anomalias.

e) Reparações: Sem prejuízo do disposto no ponto VI da presente alínea, o Prestador de Serviços é obrigado a assegurar a reparação e/ou substituição de:

- I. Peças ou componentes que careçam de respiração e/ou substituição, pelo normal desgaste provocado pelo funcionamento da instalação, nomeadamente:
 - a. Acessórios da máquina de tração: retentores, bujões, chumaceiras, rolamentos, rodas de tração e desvio;
 - b. Acessórios do motor: enrolamentos, casquilhos e escovas;
 - c. Acessórios do quadro de comando como bobinas, temporizadores, relés, fusíveis, contactores, seletores de piso, placas eletrónicas, diodos e transformadores;
 - d. Travão e acessórios: tambor, maxilas, calços e bobina;
 - e. Sinalizadores luminosos;
 - f. Cabos eléctricos flexíveis de manobra;
 - g. Acessórios de acionamento de portas automáticas e semiautomáticas, guias horizontais, suspensões, correias, células, fechos das portas de piso e cabinas;
 - h. Acessórios de manobra no poço e na cabina;
 - i. Em instalações hidráulicas: cilindro, pistão, óleo e válvulas.
- II. Atempadamente, das seguintes peças:
 - a. Cabos e/ou cintas de tração, de compensação, seletor de pisos e fim de curso;
 - b. Acessórios eléctricos e mecânicos do pára-quedas.
- III. Do óleo do cárter em conformidade com as instruções do fabricante;

- IV. Das lâmpadas de cabine danificadas ou fundidas, apenas durante as visitas regulares de manutenção;
- V. O disposto supra e respetivas alíneas não se aplicará relativamente a defeitos ou desconformidades com as leis, regulamentos e normas aplicáveis que o equipamento, apresente.
 - a. Se e quando tais defeitos ou desconformidades forem objetivamente patentes, quer na primeira vistoria do equipamento, quer posteriormente, deverá ser avisada a Contraente Público através de relatório até 90 (noventa) dias após entrada em vigor deste contrato, de tal exclusão, devendo a Contraente Público também em prazo razoável, retificar a situação à sua custa, para eliminar tal exclusão;
- VI. Ficam expressamente excluídos da obrigação de reparação ou substituição os seguintes serviços:
 - a. Os que resultem da presença de deficiências na instalação (incluindo materiais partidos, gastos ou deteriorados) ou da não conformidade com os regulamentos, códigos ou normas aplicáveis, que existiam antes da primeira revisão da instalação. Em tal caso, deve o Contraente Público ser informado dos trabalhos excluídos no prazo de 90 (noventa) dias a contar do início do contrato:
 - i. A execução dos referidos trabalhos, fica à responsabilidade e a expensas do Contraente Público.
 - b. As peças cuja vida útil se extinga devido à obsolescência ou à utilização incorreta do elevador:
 - i. Em qualquer caso, entende-se que uma peça se tornou obsoleta ou que a sua vida útil expirou, quando for acreditada, por qualquer meio, a sua utilização durante mais de 15 (quinze) anos ou durante o período mais curto de vida útil definido pelo seu fabricante.
- f) **Peças sobresselentes:** O Prestador de Serviços deve assegurar peças de substituição no mínimo por um período de 10 (dez) anos (ou, se for o caso, o período mínimo obrigatório que a lei estabeleça), desde a data em que cessou o seu fabrico, salvo as que não estejam disponíveis no fabricante durante todo esse período:
 - I. Com o expirar dos referidos períodos de disponibilidade, a peça de substituição ou componente considera-se obsoleto;
 - II. Deve o Prestador de Serviços garantir a eliminação adequada de componentes desmontados e peças sobresselentes, bem como óleos e lubrificantes substituídos, sem quaisquer encargo adicionais para o Contraente Público.
- g) **Quanto às Inspeções periódicas (oficiais),** deve o Prestador de Serviços:
 - I. Solicitar, nos prazos legalmente fixados, à Entidade Inspetora ou Câmara Municipal respetiva, ou seu representante, as inspeções periódicas a efetuar ao(s) elevador(es) objeto do presente Caderno de Encargos;
 - II. Habilitar o Contraente Público com os elementos ou documentos necessários ao

pagamento à Entidade Inspetora ou Câmara Municipal, das taxas devidas pelas inspeções periódicas referidas no ponto anterior;

- III. Comunicar à Entidade Inspetora ou Câmara Municipal a não devolução, pelo Cliente, do comprovativo do pagamento da taxa de inspeção periódica, no final do mês em que esta deverá ser requerida;
- IV. Disponibilizar 1 (um) técnico para acompanhamento das inspeções periódicas, providenciando os meios necessários para a realização dos ensaios e testes;
- V. Afixar nas instalações os certificados de inspeção periódica emitidos pela entidade que a efetuou, logo que a receba do emissor;
- VI. No caso, de necessidade de repetição de alguma inspeção periódica por falhas que possam ser imputadas ao Prestador de Serviços, os respetivos encargos com a realização de nova vistoria serão da sua responsabilidade.

h) Chamadas e sistemas de emergência:

- I. Disponibilidade de comunicação 24h (vinte e quatro horas), 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, entre os elevadores (cabina) e o operador da central de atendimento permanente, sendo as ligações estabelecidas automaticamente com o acionamento do botão de alarme;
- II. Manutenção, nesse período, de um serviço de intervenção rápida para o desencarceramento de pessoas em cabines de elevadores;
- III. O atendimento de chamadas de emergência não implicará qualquer custo adicional para o Contraente Público;
- IV. Manutenção do sistema de emergência, realização mensal de verificações funcionais ao sistema de chamadas de emergência e às medidas previstas de evacuação de passageiros;
- V. Disponibilizar, nas cabinas dos elevadores, em local bem visível, o número de telefone para o qual deverão ser comunicadas as situações de avaria, garantindo a disponibilidade de atendimento permanente 24h (vinte e quatro horas) e respetiva disponibilidade dos técnicos do Serviços 24 Horas para intervir, sempre que solicitado;
- VI. Realizar a interligação do equipamento C2000 à central computadorizada de Tele-emergência (C2000) do Prestador de Serviços, bem como a sua ativação;
- VII. Sempre que ocorra uma comunicação C2000, tranquilizar os clientes detidos nos elevadores e implementar ações que sejam necessárias para garantir, no mais curto espaço de tempo, a chegada do técnico ao local, com vista à sua libertação;
- VIII. Disponibilizar nas cabinas dos elevadores, em local bem visível, informação da existência do sistema de Tele-emergência C2000, bem como as instruções de utilização.

i) Proceder nos períodos legais, entre as 8h (oito horas) e as 17h30 (dezassete e trinta horas) em dias úteis, à inspeção, vigilância dos elevadores e à realização dos trabalhos

de conservação necessários à segurança e continuidade do seu funcionamento, em conformidade com os requisitos e normativos legais em vigor;

- j) **Os serviços devem ser assegurados por pessoal próprio**, especializado, devidamente credenciado, sujeito a cursos de formação e aperfeiçoamento, por forma a garantir uma elevada qualidade de serviço e observância dos requisitos e normativos legais em vigor;
- k) **Registar, no livro de conservação da casa de máquinas e no seu sistema informático**, todas as intervenções efetuadas nos equipamentos, sendo a confirmação da execução dos trabalhos consubstanciadas pela entrega, em papel ou por via eletrónica, do respetivo relatório de serviço;
- l) **Avisar o Contraente Público de quaisquer reparações ou substituições de peças ou componentes** que se tornem necessárias, para segurança dos clientes e bom funcionamento dos aparelhos, sendo todas as intervenções necessárias realizadas pelo Prestador de Serviços, com a autorização do Contraente Público;
- m) **Proceder ao devido encaminhamento dos resíduos** gerados nas ações de manutenção para destino ambientalmente adequado, por operador devidamente licenciado para o efeito, sem qualquer custo adicional para o Contraente Público;
- n) **Imobilizar os equipamentos em caso de identificação de riscos de segurança** dos mesmos, para os clientes ou para os técnicos de manutenção, e informar o Contraente Público e a Câmara Municipal do Porto;
- o) **Ministrar aos representantes do Contraente Público ou de outrem por este designado para tal, duas ações de formação por ano** relativas às instruções para o movimento manual das cabinas e desencarceramento em caso de avaria ou falta de energia, e de utilização da chave de emergência de desencravamento manual das portas de patamar, sendo a utilização indevida da chave de emergência da responsabilidade do Contraente Público;
- p) **Disponibilizar os técnicos** necessários para acompanhamento dos simulacros realizados no Mercado do Bolhão, no âmbito das Medidas de Auto Proteção;
- q) **Disponibilizar os técnicos** necessários para acompanhamento das inspeções ou reinspeções periódicas, peritagens ou vistorias efetuadas pelos EIIE ou por outras entidades, constituindo este serviço um serviço adicional cobrado de acordo com o valor da mão-de-obra e deslocação vigente à data;
- r) **Entrega de relatórios mensais em formato papel e digital**, com a identificação dos trabalhos desenvolvidos ao nível do Plano de Manutenção Preventivo e Corretivo e identificação das anomalias;
- s) **Estar devidamente inscrito como EMIE** na Direção Geral de Geologia e Energia e tomar, perante esta e perante a Câmara Municipal do Porto, a responsabilidade pela vigilância e conservação dos elevadores;
- t) A título acessório, o Prestador de Serviços fica ainda obrigado, designadamente, a **recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos** que sejam necessários

e adequados à prestação do serviço, bem como o cumprimento de todas as obrigações legais, de acordo com a classificação e risco desta atividade e ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 3.^a-A

(Trabalhadores afetos à aquisição de serviços)

1. O Prestador de Serviços, nos termos do disposto no artigo 419.^o-A *ex vi* do n.^o 2 do artigo 451.^o ambos do CCP, obriga-se a afetar à execução do contrato, os trabalhadores que prestem a sua atividade em regime de:
 - a) Contrato de trabalho sem termo, no caso de o contrato objeto do presente procedimento ter uma duração superior a 1 (um) ano;
 - b) Contrato de trabalho a termo, no caso de o contrato objeto do presente procedimento ter uma duração igual ou inferior a 1 (um) ano, desde que por período de tempo não inferior ao prazo do referido contrato a celebrar.
2. O previsto na alínea a), do número anterior, não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição, celebrado por necessidades temporárias do Prestador de Serviços nas situações previstas nas alíneas a) a d), do n.^o 2 do artigo 140.^o do Código do Trabalho.
3. O disposto no n.^o 1 da presente Cláusula não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros, no âmbito da execução do contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento.
4. O incumprimento da obrigação prevista na presente Cláusula, constitui contraordenação muito grave, punível com coima, em conformidade com o estipulado na alínea f), do artigo 456.^o do CCP.

Cláusula 4.^a

(Forma de prestação do serviço)

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Prestador de Serviços fica obrigado a manter, sempre que solicitado, reuniões de coordenação com os representantes do Contraente Público, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. O Prestador de Serviços fica também obrigado a apresentar ao Contraente Público, sempre que solicitado, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
3. No final da execução do contrato, o Prestador de Serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos na execução do contrato.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 5.^a

(Prazo de prestação do serviço)

O Prestador de Serviços obriga-se a prestar os serviços contratados pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, não havendo lugar a quaisquer prorrogações de prazo.

Cláusula 6.^a

(Dever de sigilo)

1. O Prestador de Serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a

(Prazo do dever de sigilo)

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 4 (quatro) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a

(Propriedade Intelectual e direitos de autor)

1. Todos os elementos elaborados pelo Prestador de Serviços, no âmbito da execução do contrato, são propriedade do Contraente Público que, dessa forma, adquire o conteúdo patrimonial dos respetivos direitos de autor.
2. Do mesmo modo, são transferidos para o Contraente Público, definitiva e incondicionalmente, os direitos que o Prestador de Serviços tenha adquirido a entidades subcontratadas.
3. Sem prejuízo da transmissão para o Contraente Público do carácter patrimonial dos direitos de autor, os autores gozam dos direitos morais sobre os mesmos, designadamente o direito de reivindicar a respetiva paternidade e assegurar a sua genuinidade e integridade.
4. Sem prejuízo dos direitos conexos de que possam ser titulares, as pessoas singulares ou coletivas intervenientes, seja a título de colaboradores, agentes técnicos, desenhistas, construtores ou outro semelhante na produção e divulgação dos elementos produzidos, não poderão invocar, relativamente a estes, quaisquer poderes incluídos no direito de autor.
5. Pela transmissão dos direitos prevista na presente Cláusula não é devida qualquer contrapartida

para além do preço contratual.

Secção II - Obrigações do Contraente Público

Cláusula 9.^a

(Preço)

1. O preço base do procedimento é de **18.384,00 (dezoito mil, trezentos e oitenta e quatro euros)**, significando este o preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar.
2. Pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar, o Contraente Público pagará ao Prestador de Serviços a quantia total indicada na sua proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O preço a que se refere o n.º 1 será dividido, de forma igual, pelo período de duração do contrato, nomeadamente, pelo valor mensal de até 766,00 € (setecentos e sessenta e seis euros).

Cláusula 10.^a

(Condições de pagamento)

1. As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo Contraente Público das respetivas faturas, que serão emitidas mensalmente.
2. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
4. A falta de pagamento das faturas emitidas, dentro do seu prazo de pagamento, liberta o Prestador de Serviços de todas as suas obrigações, até à regularização dos pagamentos não efetuados, embora a dívida não seja anulada.
5. O preço será anualmente revisto, ao perfazer 12 (doze) meses sobre a última alteração, de acordo com a variação média dos últimos 12 (doze) meses, do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo a primeira revisão efetuada decorrido 1 (um) ano após a data do início do contrato.
6. A data de início de faturação, será considerada a data de início de vigência do contrato a celebrar.

Cláusula 11.ª

(Exclusões)

- 1.** Encontram-se excluídas do objeto do presente procedimento, as seguintes situações:
 - a)** A substituição ou reparação de componentes ou avarias direta ou indiretamente relacionadas com situações como, por exemplo, as seguintes:
 - I. Infiltração de água e/ou inundação na caixa, casa da máquina ou poço;
 - II. Utilização dos elevadores com carga superior à recomendada;
 - III. Má utilização ou utilização dos elevadores para fins diferentes dos previstos ou sem cuidados adequados à sua natureza;
 - IV. Atos de vandalismo;
 - V. Casos fortuitos ou de força maior;
 - VI. Variação de tensão ou frequência de energia elétrica, diferindo mais de 5% (cinco por cento) dos valores nominais, ou quaisquer falhas ou interrupções do fornecimento dessa energia;
 - VII. Guerras, greves, terrorismo, alterações de ordem pública ou requisição de instalações;
 - VIII. Deficiências de construção civil ou alterações posteriores da estrutura do edifício;
 - IX. Deflagração de incêndio no edifício.
 - b)** Caso se tornem necessárias reparações decorrentes das situações referidas nos pontos anteriores, deve o Prestador de Serviços apresentar a devida orçamentação para análise do Contraente Público;
 - c)** Não se incluem, ainda, no presente contrato:
 - I. Trabalhos de limpeza do interior das cabinas, portas (da cabina ou patamares), resguardos em rede ou quaisquer outras vedações da caixa (plásticos, vidros, espelhos, etc.) devendo, no entanto, os mesmos ser realizados, considerando os cuidados e medidas de segurança que o tipo de equipamento aconselha;
 - II. Manutenção, reparação ou montagem de cabos de fornecimento de energia elétrica ou comunicações;
 - III. Quaisquer materiais, beneficiações, remodelações ou modernizações do equipamento além dos previstos nas Reparações;
 - IV. Reparação de estragos causados nos painéis das portas, pinturas, vidros, no interior da cabina, seus pisos, tetos, decoração ou iluminação, telefonia ou interfonia;
 - V. Substituições ou reparações de elementos deteriorados por negligência, mau uso do aparelho ou acidentes por causas de força maior ou causas externas em geral, incluindo as discriminadas nos pontos anteriores;
 - VI. Adaptações e modificações legislativas ou de regulamentos em vigor e adaptações similares, bem assim, as resultantes de exigências das companhias seguradoras;
 - VII. Qualquer trabalho, serviço, material ou responsabilidade que não estejam

explicitamente especificados no presente Caderno de Encargos;

VIII. Quaisquer danos, diretos ou indiretos, sejam eles de que natureza forem, resultantes de atuação ou de omissão do Contraente Público;

IX. Danos que não sejam devidos a deficiente manutenção, nomeadamente, os resultantes da utilização indevida dos equipamentos ou de chaves de emergência.

d) O Prestador de Serviços prestará, apenas, os serviços que lhe seja possível prestar, caso os equipamentos se encontrem parados por omissão do Contraente Público em ordenar a respetiva reparação, mantendo-se, contudo, em vigor o valor total contratado.

Cláusula 12.ª

(Cessão da posição contratual)

É admitida a cessão da posição contratual por qualquer das partes, dependendo, no caso da cessão da posição contratual por parte do Prestador de Serviços, da autorização prévia do Contraente Público e do cumprimento do previsto no CCP.

Cláusula 13.ª

(Subcontratação)

1. O Prestador de Serviços pode subcontratar desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
2. O Contraente Público pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 317.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
3. Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara que conhece, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.
4. Todos os subcontratos devem ter em anexo o mapa de trabalhos e quantidades de que será objeto a subcontratação, tendo por base o mapa de trabalhos e quantidades do presente procedimento, fazendo coincidir, sem exceção, a numeração dos artigos e a correspondente descrição.
5. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.
6. No prazo de 5 (cinco) dias após a celebração de cada subcontrato, o Prestador de Serviços deve comunicar por escrito o facto ao Contraente Público, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
7. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Prestador de Serviços, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.
8. Em caso de incumprimento do previsto nos n.ºs 3 e 4 da presente Cláusula, além de ser considerada uma violação grave do contrato, o Contraente Público pode aplicar ao Prestador de

Serviços, uma sanção contratual, no valor de **5.000,00 € (cinco mil euros)**, por cada violação, isto é, por cada subcontrato celebrado em violação daquela norma.

9. Em simultâneo com a comunicação referida no n.º 6, o Prestador de Serviços, para efeitos do disposto no n.º 2, da presente Cláusula, deverá comprovar:
 - a) A inexistência das causas de impedimento à subcontratação previstas no artigo 55.º do CCP, juntando os documentos comprovativos da idoneidade dos subcontratados, designadamente os respetivos certificados de registo criminal.
10. É lícito ao Prestador de Serviços recorrer a auxiliares que a coadjuvem no cumprimento da sua prestação contratual sem, todavia, nunca o substituírem.

Cláusula 14.ª

(Pagamentos diretos a Subcontratados)

1. O Subcontratado pode reclamar, junto do Contraente Público, os pagamentos em atraso que lhe sejam devidos pelo Prestador de Serviços.
2. No caso previsto no número anterior o Contraente Público notifica o Prestador de Serviços para, no prazo de 10 (dez) dias:
 - a) Efetuar o pagamento; ou
 - b) Opor-se ao pagamento, apresentando motivo justificativo, devendo, quando aplicável, indicar o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, no qual se propõe efetuar o pagamento em atraso.
3. O Prestador de Serviços deve, em qualquer dos casos de pagamento referidos nas alíneas do número anterior e dentro do prazo que delas decorra, enviar ao Contraente Público comunicação a informar que o pagamento foi efetuado.
4. O Contraente Público apenas procederá ao pagamento direto ao Subcontratado se:
 - a) O quadro normativo especificamente aplicável à execução do contrato não proibir a realização de pagamentos a terceiros;
 - b) O Prestador de Serviços não se opuser, injustificadamente, ao pagamento ao Subcontratado;
 - c) O Prestador de Serviços, no prazo fixado no n.º 3, não proceder ao envio para o Contraente Público da comunicação aí prevista.
5. No caso de o Subcontratado interpelar o Contraente Público, nos termos e para os efeitos da presente Cláusula, este apenas procederá ao pagamento ao Prestador de Serviços quando tiver sido concluído o procedimento previsto nos n.ºs 2, 3 e 4 da presente Cláusula, nomeadamente e quando aplicável, após o envio da comunicação a informar que o pagamento foi efetuado.
6. É aplicável o previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 321.º-A do CCP.

Capítulo III – Penalidades Contratuais e Resolução

Cláusula 15.ª

(Responsabilidades do Prestador de Serviços)

1. O Prestador de Serviços responde perante o Contraente Público por todos os danos, direta ou indiretamente emergentes de erros, omissões e demais deficiências na conceção e elaboração de todos os trabalhos, estudos e elementos que constituem objeto do contrato, ou pela mora da sua prestação.
2. Serão da conta do Prestador de Serviços as obras, alterações, reparações e demais trabalhos necessários em virtude de deficiência, erro ou omissão dos elementos produzidos, bem como a reparação dos prejuízos sofridos pelo Contraente Público e/ou por terceiros.
3. Se o Contraente Público vier a ser demanda por terceiros por danos a eles causados pelo Prestador de Serviços, em razão dos serviços, este último indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 16.ª

(Penalidades contratuais)

1. Sem prejuízo das penalidades especificamente previstas no presente Caderno de Encargos, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Prestador de Serviços o pagamento de penalidades contratuais, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento dos prazos de prestação dos serviços, nomeadamente pelo incumprimento dos prazos de assitência, **2% (dois por mil)** do preço contratual, por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento das demais obrigações previstas no presente Caderno de Encargos, **500,00€ (quinhentos euros)** por cada infração verificada.
2. O Contraente Público pode compensar os pagamentos por si devidos com as penalidades devidas.
3. As penalidades previstas não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.
4. A aplicação de qualquer sanção contratual pecuniária não desobriga o Prestador de Serviços da sua obrigação principal, pelo que o cumprimento da mesma permanece exigível.

Cláusula 17.ª

(Resolução pelo Contraente Público)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório:
 - a) No caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de haver atraso, total ou parcial,

- na prestação de serviços objeto do contrato, superior a 1 (um) mês ou declaração escrita do Prestador de Serviços de que o atraso excederá esse prazo;
- b) Pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao Prestador de Serviços;
 - c) O incumprimento de qualquer obrigação pelo Prestador de Serviços.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de Serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Contraente Público.
 3. A resolução sancionatória do contrato, pelo incumprimento definitivo do mesmo pelo Prestador de Serviços, constitui o Contraente Público no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 810.º do Código Civil, se fixa em **20% (vinte por cento)** do preço contratual.
 4. O disposto no número precedente não obsta a que o Contraente Público exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

Cláusula 18.ª

(Resolução pelo Prestador de Serviços)

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Prestador de Serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato nos termos da presente Cláusula não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP, *ex vi* artigo 451.º do CCP.

Capítulo IV – Caução e Seguros

Cláusula 19.ª

(Caução e Retenção)

1. O Contraente Público procederá, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do CCP, à retenção de **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar, a título de garantia do perfeito e tempestivo cumprimento do contrato.
2. A retenção a efetuar, referida no número anterior, bem como a sua reposição, nos termos do n.º 3 da Cláusula seguinte, representarão, para todos os efeitos legais e contratuais, garantia do exato e pontual cumprimento do contrato e de todas as obrigações do Prestador de Serviços.

Cláusula 20.^a

(Execução da retenção)

1. A retenção prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, referida na Cláusula anterior, pode ser executada pelo Contraente Público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo pelo Prestador de Serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo Contraente Público não impede a execução da retenção, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da retenção referida nos números anteriores constitui o Prestador de Serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 8 (oito) dias após a notificação do Contraente Público para esse efeito.
4. A retenção a que se referem os números anteriores da presente Cláusula é libertada nos termos definidos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 21.^a

(Contratos de seguro)

1. O Prestador de Serviços e os seus Subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste Caderno de Encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data de início da execução do contrato.
2. O Prestador de Serviços é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus Subcontratados.
3. O Contraente Público pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a execução do contrato sem a exibição destes documentos.
4. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do Prestador de Serviços e dos seus Subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
5. Os seguros previstos no presente Caderno de Encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Prestador de Serviços.
6. Em caso de incumprimento por parte do Prestador de Serviços das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros previstos no presente Caderno de Encargos, o Contraente Público reserva-se no direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou que tenha suportado.
7. O Prestador de Serviços obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da conclusão do contrato, nos casos aplicáveis, ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e

máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à execução do contrato, até à data em que deixem de o estar.

Cláusula 22.^a

(Objeto dos contratos de seguro)

1. O Prestador de Serviços obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos Subcontratados se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O Prestador de Serviços obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos ao contrato, que circulem na via pública ou no local da execução dos trabalhos, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à execução do contrato pelos Subcontratados se encontram igualmente segurados.
3. O Prestador de Serviços obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento e máquinas auxiliares, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na execução do contrato, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.
4. No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, inundação, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.
5. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta Cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.
6. O Prestador de Serviços obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil, que cubra eventuais danos causados a pessoas e bens durante o cumprimento do objeto do contrato, por factos que lhe sejam imputáveis, nomeadamente, por causas inerentes à execução das atividades integradas no objeto do Contrato.
7. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil previsto no número anterior da presente Cláusula, deve ser de montante igual ou superior a 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros), ou, no caso de o preço contratual ser superior, deve ser de montante igual ou superior a este preço.
8. O Prestador de Serviços obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade ambiental de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

Capítulo V – Disposições Finais

Cláusula 23.^a

(Força maior)

1. Não constituem causas de força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 24.^a

(Deveres de informação)

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, será afetada a execução do contrato.

Cláusula 25.^a

(Cessão de créditos)

1. O Prestador de Serviços não pode ceder ou dar como garantia o contrato de prestação de serviços ou qualquer dos direitos ou obrigações nele estipulados, designadamente, totalidade ou parte dos créditos emergentes do contrato sem prévio acordo escrito do Contraente Público, nos termos do disposto nos artigos 577.^o e seguintes do Código Civil.
2. Em caso de incumprimento do previsto na presente Cláusula, além de ser considerada uma violação grave do contrato, o Contraente Público pode aplicar ao Prestador de Serviços, uma sanção contratual, no valor de **5.000,00 € (cinco mil euros)**, por cada violação, isto é, por cada cessão de créditos efetuada.

Cláusula 26.^a

(Modificações objetivas do contrato)

Sem prejuízo das modificações objetivas prevista no presente Caderno de Encargos e na lei, são admitidas as seguintes modificações objetivas:

- a) Prorrogação do prazo para execução do contrato, por causas imputáveis ao Contraente Público;
- b) Prorrogação do prazo para execução do contrato, por causas de força maior.

Cláusula 27.^a

(Proteção de dados)

1. O Prestador de Serviços é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. O Contraente Público, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o Prestador de Serviços para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o Prestador de Serviços não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, o Contraente Público fica autorizado a proceder à auditoria aos sistemas de informação do Prestador de Serviços, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, o Contraente Público poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao Prestador de Serviços, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do Prestador de Serviços, este deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo ao Contraente Público.
6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo o Contraente Público resolver o contrato.

Cláusula 28.^a

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 29.^a

(Comunicações e notificações)

1. As comunicações feitas durante a execução do contrato, entre o Contraente Público e o Prestador de Serviços, devem ser escritas e efetuadas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.
3. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.
4. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário a Contraente Público, efetuadas após as 17 (dezassete) horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 (dez) horas do dia útil seguinte.

Cláusula 30.^a

(Avaliação do Prestador de Serviços)

A prestação contratual do Prestador de Serviços será avaliada em conformidade com os critérios específicos definidos pelo Contraente Público para o efeito, critérios esses que se encontram disponíveis no website da GO Porto, em cumprimento do disposto nas normas ISO 9001; ISO 14001; ISO 45001 e NP 4469.

Cláusula 31.^a

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o regime do CCP e restante legislação aplicável.

Cláusula 32.^a

(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias feriados.

Capítulo VI – Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social

Cláusula 33.ª

(Segurança e saúde no trabalho)

1. O Prestador de Serviços fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na execução dos serviços, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O Prestador de Serviços é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na execução dos serviços e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do Prestador de Serviços no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o Contraente Público pode tomar, à sua custa, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Prestador de Serviços.
4. Antes do início da execução dos serviços e, posteriormente, sempre que o Contraente Público o exija, o Prestador de Serviços apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na execução dos serviços, nos termos previstos na Cláusula 22.ª do presente Caderno de Encargos.
5. O Prestador de Serviços responde, a qualquer momento, perante o Contraente Público, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na execução dos serviços.
6. O Prestador de Serviços deverá apresentar ao Contraente Público, pelo menos com 5 (cinco) dias de antecedência relativamente ao início da atividade de um novo Subcontratado a sua identificação, cópia do subcontrato, cópia da apólice de seguros de acidentes de trabalho e cópia dos certificados dos registos criminais no caso de se tratar de pessoas singulares ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, o da pessoa coletiva e os dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
7. Todos os custos relacionados com polícia, segurança e saúde no trabalho serão encargos do Prestador de Serviços e deverão estar incluídos nos preços unitários da proposta.

Cláusula 34.ª

(Medidas Especiais de Proteção e Comunicações)

1. O Prestador de Serviços, durante a execução dos serviços, obriga-se a assegurar o uso obrigatório, por parte do seu pessoal, de todo o equipamento de segurança que se revele necessário à execução dos mesmos, nomeadamente, os equipamentos de proteção individual (EPI), sendo responsável por todos os custos inerentes à aquisição e manutenção dos mesmos.
2. O Prestador de Serviços, durante a execução dos serviços, obriga-se a garantir a segurança e saúde dos seus trabalhadores e de todos os colaboradores, independentemente do vínculo contratual existente, sendo responsável por todos os acidentes ou danos causados pela sua

atividade, por ação dos seus agentes ou empresas subcontratadas, tanto ao pessoal como a terceiros, ao Contraente Público e seus representantes.

3. O Prestador de Serviços, durante a execução dos serviços, obriga-se a divulgar junto dos seus trabalhadores toda a documentação para a realização dos serviços, nomeadamente instruções e procedimentos de ambiente e segurança aplicáveis, efetuando todas as ações necessárias à informação e formação do seu pessoal.

Cláusula 35.^a

(Ambiente)

1. O Prestador de Serviços obriga-se a apresentar ao Contraente Público o Seguro de Responsabilidade Ambiental, Fundo próprio ou Garantia Bancária, de acordo com o Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais aprovado pelo Decreto Lei n.º 147/2008, de 29 de julho.
2. O Prestador de Serviços obriga-se a elaborar, e manter atualizada, a Identificação de Aspetos e Avaliação dos Impactes Ambientais, relacionados com as atividades decorrentes da execução dos trabalhos, sob sua responsabilidade, direta ou indireta, dando cumprimento à legislação ambiental em vigor.
3. A avaliação referida no número anterior deverá ser realizada de acordo com a metodologia proposta pelo Prestador de Serviços, estando sujeita a aprovação formal do Contraente Público, que se reserva no direito de sugerir ajustes nas matrizes sempre que tal se considere devidamente justificado.
4. O Prestador de Serviços deve divulgar e manter atualizadas para os seus trabalhadores as identificadas matrizes de Ambiente e Segurança garantindo que, no início da execução dos trabalhos ou sempre que são acolhidos novos trabalhadores, lhes são comunicados os perigos e riscos, os aspetos e os impactes ambientais relevantes decorrentes das atividades a executar.

Cláusula 36.^a

(Qualidade e Responsabilidade Social)

1. A Política de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social a implementar pelo Prestador de Serviços terá por base os princípios gerais das normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, ISO 45001 e NP 4469.
2. Todos os encargos decorrentes da implementação da política apresentada, do cumprimento da legislação em vigor e demais exigências do Caderno de Encargos nas áreas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e de Responsabilidade Social, consideram-se incluídos no preço contratual da aquisição de serviços.
3. As ações decorrentes da implementação dos pontos anteriores, serão desenvolvidas pelo Prestador de Serviços, tendo em conta a necessária articulação, validação e acompanhamento pelo Contraente Público.



4. No âmbito da Responsabilidade Social, o Prestador de Serviços deverá garantir o cumprimento da legislação em vigor e das convenções internacionais relativas a condições sociais e laborais, conforme estabelecido na política do Sistema de Gestão Integrado (SGI), dela tomando conhecimento e subscrevendo-a nos termos da declaração de compromisso constante da minuta do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.
5. O Prestador de Serviços compromete-se, ainda, a respeitar o Código de Conduta dos Fornecedores do Contraente Público, disponível para consulta no site institucional da GO Porto, conduzindo a sua atividade de forma ética e socialmente responsável.
6. O anteriormente referido aplicar-se-á também aos fornecedores, e aos subcontratados que venham a trabalhar para o Prestador de Serviços no âmbito da execução do contrato de aquisição de serviços objeto deste Caderno Encargos.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DA POLÍTICA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO (QUALIDADE, AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL) DO CONTRAENTE PÚBLICO

(a que se refere o n.º 4 da cláusula 37.ª)

XXX, ... (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas nas peças do procedimento de formação do contrato de ... declaram, sob compromisso de honra, que tomaram integral conhecimento da Política do Sistema de Gestão Integrado do Contraente Público que se encontra em anexo e comprometem-se a cumpri-la integralmente.

Porto, ...

Assinatura ...

POLÍTICA SISTEMA GESTÃO INTEGRADO

Em todas as suas atividades e serviços, bem como no relacionamento com todas as partes interessadas, a Gestão e Obras do Porto, EM (GO Porto), assume, no âmbito da sua Política para a Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, e Responsabilidade Social, os seguintes compromissos:

- Consolidar o posicionamento da empresa a nível municipal, como entidade de referência ao assegurar elevados parâmetros de qualidade e exigência na gestão e exploração das infraestruturas e equipamentos que lhe são confiados pelo(s) seu(s) cliente(s);
- Assegurar o **cumprimento dos requisitos legais** e regulamentares aplicáveis à atividade, bem como outros requisitos que a empresa subscreva, incluindo o respeito por convenções e declarações reconhecidas internacionalmente;
- Assegurar o **acesso à informação** e disponibilização dos recursos necessários, para a definição e cumprimento dos objetivos e metas identificadas pela empresa ao nível dos diferentes sistemas de gestão, que estimulem a empresa a atingir níveis de desempenho mais elevados;
- **Minimizar os impactes ambientais** decorrentes das atividades e serviços desenvolvidos pela empresa, através da promoção de práticas que conduzam à proteção do ambiente, incluindo a prevenção da poluição e a racionalização do consumo de recursos naturais;
- Promover a **prevenção de acidentes**, lesões e doenças relacionadas com o trabalho, eliminando perigos e reduzindo riscos, de forma a garantir um bom desempenho em matéria de segurança e saúde no trabalho, assegurando a consulta e participação de todos os colaboradores;
- **Promover a melhoria contínua** do Sistema de Gestão Integrado, tendo em vista satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes, colaboradores e todas as partes interessadas, aumentando a satisfação e confiança nos serviços prestados pela empresa, bem como melhorando o desempenho ambiental, SST e de responsabilidade social;

- Garantir o **cumprimento dos princípios da Responsabilidade Social**, relevantes para a empresa, assegurando que são abordados os seus aspetos significativos, como a promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- **Assumir a Responsabilidade Social**, como um compromisso da empresa, na minimização dos impactes ambientais, gestão do capital humano e solidariedade social,
- Promover **o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os colaboradores**, assegurando a não regressão dos direitos já alcançados, a sua motivação e formação contínua, de modo a contribuírem para a sustentabilidade e sucesso da empresa;

A Administração da GO Porto, assume, ainda, o compromisso de divulgar e garantir a compreensão e respeito pela Política que preconiza, a todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade e outras partes interessadas.

ANEXO II – Memória Descritiva